

Por uma Sociologia do Encontro: Trabalho de Campo, Posições Sociais e Processos de Interação na Produção do Conhecimento

For a Sociology of Encounter: Fieldwork, Social Positions, and Interactional Processes in the Production of Knowledge

Lucas Amaral de Oliveira¹ 

Resumo

O objetivo deste artigo é problematizar aspectos metodológicos e epistemológicos de um estudo sobre produção literária nas periferias paulistas. Ao relatar experiências de campo, junto com questões que me foram sendo lançadas por interlocutores/as e colaboradores/as da pesquisa, busco, de um lado, qualificar o modo de fazer literatura e de atuar desses/as agentes e, de outro, tensionar minhas próprias posições sociais e meu lugar de fala e escrita. O texto sai em defesa de uma sociologia reflexiva que, ao cultivar sua objetividade crítica, seja uma tomada de posição e um exercício constante de encontro e diálogo com o público local e ativo que protagoniza o fato social investigado. Argumento que é preciso estar sempre atento aos saberes erigidos nas lutas, materiais e simbólicas, dos/as excluídos/as da lógica de produção de conhecimento “legítimo” contra injustiças de múltiplas faces – inclusive epistêmicas.

Palavras-chave: Sociologia. Epistemologia. Literatura Marginal. Trabalho de campo.

Abstract

The aim of this article is to analyze the methodological and epistemological aspects of a research on literary production in the peripheries of São Paulo. By presenting episodes of my fieldwork in “open mic events”, along with the questions raised to me by my interlocutors, I seek, on the one hand, to qualify the way of producing literature and acting of these agents, and on the other hand, to problematize my own positions and my place of speech and writing. This text is also a defense of a reflexive sociology that, while retains its critical objectivity, is at the same time a position taking on social problems and an exercise of encountering and dialoguing with the local and active public. I argue that we need, as sociologists, to be aware on the knowledge erected from material and symbolic struggles against the variety of injustices – including epistemic ones – of all those excluded from the logic of knowledge production.

Keywords: Sociology. Epistemology. Marginal Literature. Fieldwork.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2018). Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, BA, Brasil). Este trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa financiada pela FAPESP (processo nº: 2014/01074-0). E-mail: lucas_amaral_oliveira@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1272-4722>.

Introdução

Há quase duas décadas, assistimos à projeção de escritores/as provenientes de bairros negligenciados de São Paulo, que atribuem a si e a seus objetos literários as alcunhas “marginal” ou “periférico”, a ponto de ser possível falar hoje da emergência de um movimento da literatura marginal, gerado e consolidado nas periferias urbanas. Isso tem vindo à tona, por exemplo, com a ainda incipiente visibilidade que tais escritores/as começaram a ter em feiras literárias no país e no exterior. Vale dizer que essa movimentação não se atém a São Paulo, revelando-se cada vez mais vigorosa em nível nacional, como mostram os trabalhos de Alves (2016), Dalcastagnè e Tennina (2019), Fontoura, Salom e Tettamanzy (2016) e Santos (2011). O destaque talvez inédito desses/as protagonistas da cultura periférica na cena literária contemporânea tem ocorrido em virtude de uma produção potente, dinâmica e heterogênea, ainda que os objetos de suas criações estéticas, para críticos conservadores, nem sempre estejam adequados às hierarquias simbólicas vigentes.

Eslava (2004), Nascimento (2006, 2011), Pardue e Oliveira (2018), Silva (2011) e Tennina (2017) aludem à emergência dessa literatura na cena artística contemporânea como a formatação de um movimento cultural – com redes regulares, formais e informais, de ação, interação e circulação. Com isso, sugerem que o movimento vem aglutinando pessoas, coletivos e instituições dispostos a colocarem em jogo recursos variados, bem como novos procedimentos de atuação, a fim de dar vazão a energias criadoras cuja fonte de inspiração é a experiência de vida em espaços marginalizados da sociedade. O pano de fundo no qual tal produção se delinea é a proliferação de instâncias de criação, circulação e consumo literários – os *saraus* e *slams* –, que congregam, regularmente, centenas de pessoas em várias periferias da cidade, modificando as dinâmicas culturais desses espaços e deslocando representações sobre as periferias urbanas.

Durante o doutorado, analisei como os *saraus*, *slams* e outras articulações arranjadas por agentes que se intitulam “à margem do centro”, cujas obras e intervenções não se adequam ao “cânone” instituído da literatura nacional, vêm dando visibilidade a práticas e objetos literários que irrompem nas bordas da cidade. Ao mobilizar recursos e estratégias oriundas, de um lado, de sua experiência em coletivos periféricos e, de outro, do uso de espaços não legitimados de produção de saberes – bar, praça, rua, ocupações, etc. – como locais de identificação e reconhecimento, os/as agentes veem-se instados a adotarem práticas inovadoras de produção literária. Tais práticas são marcadas por um esforço de ressignificação do espaço da periferia, pela afirmação e valorização de identidades coletivas e por uma autenticidade discursiva calcada em experiências urbanas localmente situadas (OLIVEIRA, 2017). Por sua vez, esse modo de olhar, experimentar, representar e analisar o urbano, expressão de uma nova forma de viver, sentir, produzir e escrever a cidade desde suas periferias (geográficas, sociais, simbólicas) e de uma perspectiva epistêmica alternativa – ao “mundo universitário”, *beletrista* –, demanda que inventemos diagnósticos arejados para entender saberes, práticas e culturas periféricas.

Foram cerca de cinco anos de pesquisa com o movimento da literatura marginal de São Paulo, que me instaram a olhar de forma reflexiva para a prática sociológica. A partir dessa rica experiência de investigação, me pareceu relevante qualificar parte do modo de atuação da sociologia e alguns de seus alicerces epistemológicos e metodológicos. Este texto é, portanto, um relato de pesquisa, mas também um exercício

epistemológico. Partindo de deslocamentos realizados durante o trabalho de campo, quero traçar minha experiência com o movimento literário e os contatos iniciais que travei com a produção marginal, no sentido de evidenciar a forma de atuar dos/as agentes e, ao mesmo tempo, problematizar minhas posições sociais e meu lugar de fala, escrita e atuação durante a realização do estudo. A ideia é tensionar o modo como se delineou minha imersão em campo e quais questões me foram sendo colocadas no período, lançando luzes sobre procedimentos que creio serem centrais na prática sociológica.

O artigo advoga, assim, em defesa de uma sociologia do encontro, das intersecções possíveis, das zonas fronteiriças, das margens; uma sociologia que seja plataforma através da qual enunciados, práticas, experiências e saberes se possam cruzar, agentes possam falar e atuar, transformar-se e serem transformados a partir da política do contato, das interações e invenções. É em meio a tais cenários de traduções, trocas interculturais e epistemológicas, nesses espaços de tensão, mas sobretudo de convivência, interlocução e parceria na produção do conhecimento, que se desenham os saberes críticos e públicos que, em vez de interpretar pedantemente a “voz dos silenciados”, ouçam suas polifonias e entendam os lugares a partir dos quais suas demandas tomam forma e ganham força. Argumento que o nosso objetivo deve ser desvendar sob quais condições a realidade pode deixar de ser a repetição desenfreada da violência, da desigualdade sociocultural, do estereótipo, da assimetria, da injustiça, da discriminação e da marginalização sociais, para converter-se em um palco de reconhecimento da cidadania cultural e social.

O Campo Como Encontro Possível

Antes da pesquisa, quando comecei a visitar os saraus, arrebatado que estava em meio à riqueza sonora, textual, corporal e performática de um novo tipo de literatura que estava por conhecer, me vieram à mente duas constatações. Primeiro, que estudo algum seria capaz de apreender toda a dinâmica cultural do que estava vivenciando no momento, o que destinava meu trabalho à inevitável incompletude ou à repetição cacofônica de uma realidade que só podia se explicar pelos/as agentes. Segundo, que seria difícil registrar as experiências após assistir a um evento, pois os afetos que me acometiam agiriam na análise e apreciação do fato vivenciado.

O primeiro problema não carece de especulações, já que o recorte metodológico que se lança sobre uma pesquisa auxilia a balizar nossos olhares e nossas experiências sobre o universo empírico do estudo, bem como a forma de figurar certo fenômeno, fato ou evento dentro de um contexto específico e, assim, dialogar de perto com seus/suas protagonistas. Sobre o segundo, creio não haver problemas insolúveis quando impomos ao intelecto doses de inquietação crítica. A análise e apreciação do universo e do fato que o identifica faz parte de um momento posterior da pesquisa, quando é possível ponderar agitações subjetivas geradas pelo campo com um cuidado sociológico mais precavido. Essa “vigilância epistemológica” institui, na análise, o distanciamento necessário entre o episódio vivenciado (experiência), as anotações arranjadas no passado (trabalho de campo) e a reelaboração da experiência na memória, na atualidade da escrita (etnografia)². Assim,

² Atitudes como estas de “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, 2001; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1990) podem significar uma esquiva das armadilhas da pretensa neutralidade científica, fantasiada com os trajes da objetividade e da imparcialidade. Aliás, Boaventura de Sousa Santos (2014), propondo uma descolonização do conhecimento acadêmico, abre-o a saberes populares, a partir de uma experiência etnográfica em uma favela carioca, na

escrever é “revivenciar”, processo etnográfico de reelaboração da memória e da vivência no texto. A própria etnografia parece conter, em si, chaves para a reavaliação crítica de hipóteses de pesquisa, já que constitui, segundo Tim Ingold (2016), um dispositivo de descrição e documentação que impõe às pesquisas seus fins epistemológicos.

Isso foi algo que aprendi em minha formação, mas que entendi em virtude da relação de afinidade que estabeleci com uma escritora que se tornou correspondente e a maior interlocutora da pesquisa, Sonia Regina Bischain, do Sarau da Brasa. Em uma de nossas conversas, em junho de 2017, no Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (CCJ), na Vila Nova Cachoeirinha, zona norte, Sonia afirmou, seguindo lição que aprendera com Conceição Evaristo (2006, p. 11) sobre “escrevivência”, que a memória desempenha papel fundamental nos processos criativos:

É importante transmitir questões. Claro, [quando se escreve] criam-se personagens, situações, ficcionalizam-se ambientes, supõem-se trajetórias, mas sempre carregando para a escrita as memórias, o que se sabe e se viu. A memória é importante em meu processo. Na verdade, é uma intenção de passar essa memória, a história e a política, que é também uma memória subjetiva do bairro, para as gerações vindouras. A memória é, então, central para a nossa escrita, eu diria (Bischain, junho de 2017).

Acredito que algo similar se passe com o fazer sociológico. Algum tempo depois dessa conversa, quando preparava o material para a escrita da tese, ao voltar para as anotações e me debruçar sobre memórias que elas acionavam, busquei reelaborar ocasiões e refletir sobre o emaranhado de relações, encontros, espaços, agentes, trocas e dinâmicas que compuseram tanto minha experiência de campo e pesquisa, quanto a história que, a partir dela, desejava contar sobre o movimento da literatura marginal. A história que queria contar era indissociável do emaranhado de afinidades e processos interativos que havia fundado com o movimento; com efeito, ela não podia ser produzida se não atrelada à minha posição social, de forma reflexiva.

Quando conheci os saraus, estava no meio de meu mestrado. Na época, integrava um coletivo envolvido na criação da Comissão Nacional da Verdade, que participou, em 2012, de protestos contra o fechamento do Bar do Binho e a ameaça do fim do sarau que ocorria no local. Me envolvi nas ações contra o seu fechamento pois sabia que o bar era lugar de resistência no Campo Limpo, conhecido por muitos/as envolvidos/as com políticas culturais na cidade. Em meados de 2013, conheci obras importantes da literatura contemporânea, como *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (1997), *Capão Pecado*, de Ferréz (2000), *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2003), *Contos Negreiros*, de Marcelino Freire (2005), e *85 letras e um disparo*, de Sacolinha (2005). Essas obras me colocaram, imediatamente, em contato com outros lançamentos que, por sua vez, me fizeram percorrer um caminho de leituras sobre literatura marginal e negra.

O trajeto, como um todo, esteve repleto de achados, em especial de projetos literários protagonizados por agentes que usam e preservam a oralidade como arquivo coletivo da cidade. Foi então que comecei a comparecer ao já famoso Sarau da Cooperifa, na zona sul, que ocorria todas às quartas-feiras no Bar do Zé Batidão, no

década de 1970. Mais recentemente, o sociólogo português distingue a objetividade crítica e analítica da neutralidade ético-política, cunhando o termo “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007), que é a produção de conhecimento que expande o caráter plural dos saberes disponíveis no mundo, alargando as perspectivas possíveis, de modo a abarcar tanto as relações entre saber científico e não-científico, quanto o alcance da intersubjetividade como interconhecimento.

Jardim Guarujá, e no Sarau da Brasa, que na época ocorria no Bar do Carlita, na região da Brasilândia, zona norte. Depois de um dos eventos, contatei Sonia Bischain, uma das organizadoras da Brasa – a quem eu havia sido apresentado nos tempos do mestrado –, levantando questões sobre a história do movimento e propondo conversas sobre o tema. Sonia respondeu às dúvidas e se tornou uma colaboradora importante da pesquisa, em razão das portas que me abriu e dos trabalhos que fizemos juntos³.

Acredito que o começo de todo processo interativo, quando decidimos fazer campo, vem assinalado por uma tensão volátil entre receio e confiança. Receio de não ser bem aceito pelo/a interlocutor/a, frustrar expectativas idealizadas de antemão ou, ainda, não se dar conta das limitações epistemológicas às quais nossas posições submetem a dinâmica das interações. Confiança diante da percepção de encontrar-se na iminência do desconhecido e de sentir-se inundado pela curiosidade – que é, de fato, um dos motores da construção do conhecimento.

Comecei a circular nos saraus, em 2013, como público, admirador, entusiasta da estética e da política engendradas pelo movimento em São Paulo, engajado na descoberta de um novo tipo (para mim) de manifestação literária praticada nas periferias; só depois como pesquisador. Como público ou pesquisador, minha posição sempre soou ambígua, já que ela me amarrava ao “mundo universitário”. Mas a condição do trabalho de campo é uma condição dúbia. Sempre nos sentimos um tanto intrusos, outro tanto integrados. Particularmente, eu possuía afinidades eletivas em relação ao labor dos/as escritores/as marginais, mas era detentor do *status* impreciso de “estrangeiro”⁴. E este é um elemento importante para quem pesquisa a cultura periférica: foi dentro e a partir desse espaço distintivo e situado que optei pelo estudo de coletivos que, em parte, recusam a inserir-se dentro de “modelos literários sancionados” (MOURALIS, 1982), mas com os quais eu partilhava propostas e métodos de produção artística.

Embora haja uma relação de privilégio (e micropoderes) a reger pesquisas científicas, assimétricas em decorrência das posições que ocupamos no hierárquico espectro social e que carregamos para dentro do campo, não existe autoridade sociológica ou antropológica em termos tradicionais. O “mundo universitário”, segundo Bourdieu (2001), é campo de relações objetivas que institucionalmente produz a distinção sociocultural, na medida em que o saber que nele é gerado é considerado “legítimo”, signo distintivo (e chancelado) em relação a outras formas de conhecimento social. Trata-se de um sistema que estrutura um imaginário e, portanto, uma episteme, a partir das posições e dos capitais simbólicos nele implicados. Em outras palavras, o “capital universitário”, adquirido e outorgado pela instituição ratificadora de saberes legítimos, é elemento socialmente diferenciador porque pode ser gerenciado como um recurso que reforça outros capitais importantes, como o econômico, o cultural e o social.

³ Escrevemos juntos um ensaio (BISCHAIN; OLIVEIRA, 2019), a partir de uma experiência compartilhada de reflexão e produção escrita, saindo em defesa de parcerias intelectuais mais simétricas. Em virtude dessa parceria, Sonia me convidou para escrever o posfácio de sua nova obra, *Olhares que devoram sonhos* (OLIVEIRA, 2019).

⁴ Ou o *status* de um “observador estrangeiro”, submerso em uma condição de forasteiro-simpatizante, que, não obstante tenha uma biografia diversa à do agrupamento social com o qual dialoga, nutre alguma empatia reflexiva com suas ideias, seus projetos e suas visões de mundo. Isso me fez lembrar da figura do “estrangeiro” na cidade, de Simmel (2005), cujas características são o anonimato e a errância, o que marcaria um posicionamento diferenciado dessa figura no espaço urbano, uma dubiedade – isto é, distante e próximo, ao mesmo tempo.

Em função das disputas em torno da legitimidade pública de agentes periféricos/as e da validação de seus enunciados a partir de suas respectivas alocações, a existência de fronteiras pode inibir entradas em campo (FELTRAN, 2013). Tinha ciência da fronteira epistêmica, social e geográfica que me separava do espaço que havia erigido como paisagem de pesquisa. Tratava-se de um desafio instigante, que consistia em passar, mesmo que provisória e parcialmente, a “habitar aquela fronteira”, para parafrasear Walter Mignolo (2015), fincar os pés na interface de um território que, até então, me era pouco familiar. Tal desafio instigava e despertava inquietações, pois me constrangia a rever meu lugar de sociólogo-público e, por conseguinte, a problematizar a melhor maneira de me avizinhar desse novo espaço que se me abria.

Tal posição, no início, me causava receio porque não me identificava integralmente como pertencente àquele espaço. Contudo, a própria busca por uma identificação completa, de irrestrita imersão, soa absurda. Não há identificação total com o campo; caso contrário, se incorre no risco de subtrair-se à responsabilidade ético-política para com demandas de outros grupos que não propriamente os nossos no próprio exercício metodológico proposto. Segundo Goldman (2003, p. 457), nossas pesquisas dependem “mais da capacidade de situar-se a uma distância média entre conceitos muito concretos, ‘próximos da experiência’ cultural, e conceitos abstratos, ‘distantes da experiência’”, do que de uma habilidade de identificação total. No máximo, há uma alteridade ética envolvida pelo processo de “deixar-se afetar” por intensidades específicas dos outros (FAVRET-SAADA, 2005), em que observação, encontro, interação, intercâmbio, receptividade e reflexividade tornam-se dispositivos políticos do conhecimento.

O processo do “deixar-se afetar” pelo campo e pela intersubjetividade dos/as agentes que o integram leva a tensionar o que trazemos conosco de vivência, nosso repertório analítico, nossa imaginação sociológica, nossas experiências de vida e, junto a isso, as estéticas e visões dos/as agentes com as quais nos deparamos no decorrer da pesquisa, bem como seus repertórios, rotinas laborais, modos de entender o mundo e propostas para transformá-lo. Isso não implica identificar-se incondicionalmente com as perspectivas de quem protagoniza o fato ou fenômeno estudado; mas tampouco sugere que estaríamos aproveitando do trabalho de campo para impor uma autoridade etnográfica ou sociológica inflexível e onipotente.

Trazendo para o terreno sociológico, tal relação de afinidade e empatia demarcaria um momento crucial no exercício de uma “sociologia pública” (BURAWOY, 2005), ou de uma epistemologia reflexiva, crítica e descolonizadora (SANTOS; MENESES, 2010), por meio da qual uma pessoa que ocupa posição privilegiada em determinado universo social e simbólico, repleto de relações de poder, de modo consciente, desloca-se provisoriamente de sua condição; e assim o faz mediante uma relação de afeições que firma com uma condição outra que não a sua. Desse deslocamento epistemológico, decorre a partilha de demandas e a fundação de uma afinidade entre pesquisador/a e o agrupamento protagonista da prática estudada.

Uma viagem para a Argentina, em abril de 2014, quando acompanhei coletivos que participaram da 40ª Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, foi uma ocasião especial nesse sentido (MUNIZ JR.; OLIVEIRA, 2015a, 2015b). A Feira representou um *turning point* na pesquisa empírica, minha fuga da polícia javanesa na briga de galos, para usar a imagem de Geertz (1978), pois permitiu relações efetivas mais densas com

agentes. Na verdade, nem todos/as os/as agentes com os/as quais interagi na viagem a Buenos Aires tinham ciência de que eu estava fazendo uma investigação sobre saraus e literatura marginal, embora muitos/as soubessem que me encontrava por lá como correspondente de um jornal brasileiro, cujo papel era escrever textos regulares sobre a experiência “dos marginais” na Feira do Livro. Viajei como correspondente do jornal *Brasil de Fato*, que, durante a feira, publicou quatro textos meus sobre a ocasião. Em razão disso, tive acesso irrestrito ao evento, uma vez que adquiri o crachá de entrada e circulação livre da imprensa, o que me aproximou efetivamente dos/as agentes que integravam o Sarau do Binho. Isso facilitou minha aproximação com escritores/as e produtores/as convidados/as pela curadoria, na medida em que a chancela de um jornal como o *Brasil de Fato*, na época, parecia conferir-me uma credibilidade diferente daquela do “mundo universitário”, provavelmente dada a sua tendência progressista e alinhada a algumas das demandas de movimentos sociais e culturais brasileiros contemporâneos, sobretudo periféricos.

A partir do evento, notei que as expectativas prévias de estranhamento ou introversão, ao menos por parte dos que seriam interlocutores/as no meu campo, mostraram-se equivocadas. Embora me tenha deparado com relutâncias no começo, materializadas em atitudes de desconfiança por parte de certos/as agentes de falar francamente sobre assuntos cujos sentidos pudessem ser corrompidos ou os contextos alterados, a pesquisa foi marcada por franqueza e equidade. Foi a partir dessa viagem que entendi, de fato, que a horizontalidade sempre foi o modo de agir, a proposta filosófica e a natureza do movimento da literatura marginal.

Quanto mais me inteirava dessa produção literária, lia títulos lançados em eventos e dialogava com protagonistas nos saraus e *slams*, tanto mais me vinham à mente questões que, se diluídas no impressionismo da observação direta, podiam beirar o risco do “simplismo descritivo” (TOMMASI, 2013). Tal risco é comum em estudos desatentos com as condições que rodeiam o fato investigado e com seus efeitos epistemológicos, éticos e políticos. Esse descritivismo tende a fechar os olhos para explicações historicizadas e espacializadas sobre a dimensão da ação coletiva a que tais experiências estéticas podem estar submetidas ou para o sentido político que as atividades culturais periféricas, no âmbito literário, buscam expressar.

A preocupação com os riscos que uma euforia com o campo podia causar explica-se porque nunca se tratou de participação inocente de minha parte; o que tinha em mente, desde o início, era a proposta de análise de um fenômeno recente que havia me cativado de imediato, como leitor e pesquisador. Ainda que soubesse estar diante de um tema polissêmico, dinâmico e de difícil apreensão, minhas experiências naquele momento tinham caráter exploratório, pois o fenômeno havia sido pouco estudado nas ciências sociais e, menos ainda, na sociologia.

Creio que a prática sociológica, às vezes, incita-nos a pensar sobre as motivações da pesquisa, mas também sobre seu estatuto científico e os princípios metodológicos que regem a disciplina. Assim, os primeiros passos de um trabalho capaz de sustentar-se e, ao mesmo tempo, respeitar o campo e os/as agentes que o habitam e o transformam dependem de três momentos que, juntos, ou de alguma forma combinados entre si, definem a sociologia como disciplina crítica, pública, acumulativa. O primeiro contempla a escolha do tema, a definição do objeto e a delimitação de uma inquietação intelectual a ser examinada – fase embrionária do problema sociológico, não raro algo que intriga o/a investigador/a como indivíduo (MILLS, 1982; BIANCHI, 2003). Outro momento se acha

no deslocamento de uma apreensão subjetiva/afetiva para um problema com dimensões abrangentes, de interesse social. Um terceiro momento que influi no processo de construção do conhecimento surge na listagem de objetivos, na escolha de referenciais teórico-metodológicos, na formulação de hipóteses, na delimitação do campo empírico e na elaboração de instrumentos de coleta e análise de dados.

Esses momentos, no entanto, não emergem espontaneamente do nada, ainda que tendamos a acreditar na combinação mágica de circunstâncias fortuitas. Não surgem do nada pois são atrelados aos nossos interesses, gostos, empatias, posições, disposições, práticas e contextos, bem como às circunstâncias socialmente relevantes em que a proposta de pesquisa se acha inserida. E esse vínculo depende do grau de inserção que se pode ter no grupo selecionado, do tipo de relações estabelecidas com agentes e do ambiente no qual a investigação será realizada e/ou do qual ela trata.

Fazer campo – observar processos interativos, provocar conversas formais e informais, participar de eventos literários, rodas de debate, feiras nacionais e internacionais, lançamentos de livros, encontros com ativistas da cultura periférica e de políticas de fomento – me permitiu sistematizar um inventário do que vem sendo criado nas periferias em termos literários, por quem e, sobretudo, de que forma (OLIVEIRA, 2017). A partir disso, passei a realizar pesquisa documental mais sistematizada, o registro de performances, quando autorizado, e avaliações de publicações feitas em redes sociais e em *blogs* pessoais e da área. Esses procedimentos metodológicos me permitiram vislumbrar *onde* e *como* se estruturavam os coletivos literários que compunham o meu recorte empírico. O próximo passo foi averiguar quais eram as conexões firmadas entre alguns coletivos com os quais tive contato e entre os/as produtores/as de cada um deles, localizando agentes-chaves (*gatekeepers*) e identificando parte do fluxo de pessoas, textos, ideias e projetos que estruturavam a cena da literatura marginal paulistana.

Notei que, como outros movimentos culturais, os coletivos se arranjavam artisticamente (lidando com séries de constrangimentos, conflitos, regras exclusivas, distribuição desigual de recursos, etc.) para fazer valer sua produção em termos de reconhecimento e legitimidade, em um contexto onde grupos periféricos não logram operar de modo inteiramente autônomo. Disso, inferi que parte da dinâmica cultural periférica se desenvolve ligada a espaços de convivialidade criativa, contando, às vezes, com incentivo público, de organizações não governamentais ou instituições interessadas no incremento daquela cena. Todavia, o incentivo não é absolutamente necessário para a existência do movimento – embora a ampliação de políticas públicas seja demanda dos coletivos –, uma vez que os/as escritores/as publicam com recursos próprios ou via parcerias, vendendo seus livros em saraus, na rua e na internet, participando de eventos locais, nacionais e no exterior, criando editoras independentes e concebendo selos editoriais alternativos. Ou seja, estão fortalecendo as condições de sua própria existência. Trata-se de uma estratégia simples, mas que faz com que certos/as autores/as já tenham vendido mais que nomes consagrados de grandes editoras brasileiras (DALCASTAGNÈ, 2016, p. 297).

Durante o campo, tive a oportunidade de falar com escritores/as que iniciaram suas trajetórias literárias em meio à efervescência cultural incitada pelos saraus. Algumas vezes, fiz uso do gravador, quando autorizado, mas, em geral, as conversas foram empreendidas informalmente. A partir desses encontros, passei a compor o desenho da gênese e expansão do movimento em São Paulo, entre o final dos anos 1990 e o início dos

2000. Logo, o campo foi um primeiro e essencial caminho para a análise da formação de novos/as escritores/as dentro e em torno dos saraus; o segundo trajeto foi o trabalho sobre minhas anotações e sobre conversas formais e informais com realizadores/as, além do exame do material colhido na investigação.

Em certo momento da pesquisa, em razão das dinâmicas que me foram sendo impostas, privilegiei conversas informais e espontâneas no ambiente do campo, por crer que poderiam trazer mais subsídios à pesquisa do que questionários aplicados diretamente a agentes, com roteiro fixo de questões. As conversas informais valorizaram o fluxo de pensamentos do/a interlocutor/a, seguindo temas que iam surgindo no contexto do encontro, o que me pareceu importante por dois motivos: primeiro, em função da perspectiva epistemológica que segui e, depois, para a compreensão dos valores e sentidos do grupo que era meu “campo” empírico. Em especial, a partir da relação que estabeleci com Sonia Bischain (Sarau da Brasa), Alessandro Buzo (Suburbano Convicto) e Suzi Soares (Sarau do Binho), fui conhecendo mais pessoas daquele universo cultural, visitando outros saraus que me foram sendo sugeridos e modelando o que viria a ser um dos marcos epistêmicos da pesquisa: a política do encontro, da troca de experiências e do exercício da escuta. Ao longo dos anos, acabei me deparando com pessoas dispostas a me ajudar e a iniciar um debate horizontal sobre a produção literária nas periferias.

O Método como Episteme Localizada

Sempre fui bem recebido nos eventos em que participei, sentindo-me à vontade onde quer que fosse, com quem quer que falasse, sobretudo na Brasa, no Suburbano e no Binho, três dos espaços onde mais aprendi nos anos de pesquisa. Dou valor a esse ponto pois nunca é demais lembrar de que modo a universidade, historicamente, tratou “sujeitos periféricos”, e como essas pessoas, ainda que com reserva justificável, sempre receberam pesquisadores/as provenientes do “mundo universitário”. Nunca é demais reconhecer e questionar o lugar de privilégios que ocupamos quando inseridos no “mundo universitário”, sobretudo se oriundos/as de uma instituição que, não obstante pública, segue sendo uma das mais excludentes e privativas quando se trata de certos agrupamentos sociais, étnicos e raciais, como é a USP.

Uma fala do poeta Sérgio Vaz, do Sarau da Cooperifa, expõe essa relação entre “mundo universitário” e “cultura periférica”, a partir da perspectiva do escritor marginal:’

Eu acho que a academia devia ser mais generosa. Em vez de ficar preocupada com como a gente escreve e o que escreve, devia entender que a gente não teve nada e que [ainda assim] escreve! A gente está fazendo pessoas simples lerem e escreverem, coisa que a academia não está fazendo, a não ser que a pessoa vá até lá, na universidade. Qual escritor do universo acadêmico quer vir numa escola pública aqui [da periferia]? Quer vir para um bar? Ao passo que, se eu for à USP fazer uma palestra, eles não querem me pagar, porque eles acham que eu estou contribuindo intelectualmente [...], porque eles acham que eles estão fazendo um favor para mim (VAZ, 2014, p. 96-97).

A crítica de Vaz tensiona a relação histórica e conflitiva entre “mundo acadêmico”, pesquisadores/as e agentes inseridos/as em espaços onde, ao menos usualmente, se desenrolam nossos trabalhos de campos. Isso também leva a questionar

relações que tantas vezes se têm desenhado a partir do eixo do exotismo, da estranheza, da diferença ou mediante uma verticalidade que já se mostrou hábil em minorar e deslegitimar outros regimes e efeitos de verdade que não os da ciência (ALATAS; SINHA, 2016; CONNELL, 2007; SAID, 1989).

Nos últimos quinze anos, sobretudo por conta das novas mídias sociais, do alargamento cada vez maior dos meios públicos e alternativos de informação, mas também em decorrência da inédita inserção de setores populares mais jovens, antes excluídos, no “mundo universitário”, a cultura periférica – junto com o movimento negro, indígena, quilombola, feminista e LGBTTT, por exemplo – tem logrado fazer com que seus discursos e perspectivas, suas práticas e estéticas se ampliem cada vez mais. Nota-se, concomitante à expansão de espaços possíveis de fala, escrita e atuação, o crescimento de coletivos culturais das periferias, que, por sua vez, como tema e assunto, passaram a habitar, gradativamente, cada vez mais trabalhos, pesquisas, artigos, dissertações e teses nos departamentos de ciências sociais pelo país afora e no exterior.

No que tange à literatura marginal, vislumbram-se agentes participando de atividades, intervenções, fóruns e rodas de discussão dentro de universidades e outros espaços acadêmicos, sendo aprovados em vestibulares, concursos e processos seletivos, ocupando salas, inclusive como docentes, e apropriando-se cada vez mais do debate público sobre a sua atuação e sobre a própria produção intelectual, de maneira a criar meios e mecanismos eficazes na difusão de suas criações e seus saberes. Ao mesmo tempo, nota-se a tentativa de consolidação de espaços já disponíveis, instituídos por eles/as mesmos/as, para o desempenho de seu protagonismo.

Então, a gente quebra as muralhas do acesso e parte para o ataque. Invadimos bibliotecas, universidades, todos os espaços que conseguimos, para arrumar munição (informação). Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação. Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar. E a periferia dispara. Um, dois, três, quatro livros publicados. A elite treme. Agora favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube ou quis contar [...]. Não vão mais poder falar o que quiser no jornal ou na novela, porque os periféricos vão questionar. O conhecimento trouxe reflexão e a reflexão, ação (COLETIVO CULTURAL POESIA NA BRASA, 2009, p. 31).

Esse protagonismo tem dilatado o alcance da militância cultural e solidificado processos de fabricação do que Haraway (1995) denominou “saberes localizados”. A valorização da produção desses saberes situados, que também são práticas de intervenção na realidade, requer de nossa parte que o objeto/sujeito do conhecimento seja visto, considerado e respeitado como agente e praticante, não como tela, terreno, figura arquetípica ou mero recurso da pesquisa sociológica e antropológica. Nessa medida, o movimento marginal me ensinou a recusar uma ciência social que seja um panóptico a olhar e examinar, desde uma perspectiva elevada, de uma superioridade abstrata que se encontra em lugar nenhum, as vidas cotidianas das pessoas que estão experimentando, agindo, produzindo, performando e transformando corpos, existências e espaços que são, como os nossos, complexos, estruturantes e estruturados.

Se o “mundo universitário” constitui espaço de epistemicídios variados (CARNEIRO, 2005; SANTOS, 1997), em que a abertura a novos saberes é incipiente, então é preciso achar brechas, desmontar lógicas, descanonizar formas tradicionais de produção de conhecimento a partir de outras práticas. Uma tentativa de tensionar esse espectro hierárquico foi a montagem de conversas que Sonia e eu fizemos quando elaboramos uma experimentação etnográfica compartilhada, tarefa reflexiva e epistemológica que quis pautar, na escrita, possibilidades de parcerias intelectuais simétricas. Isso se deu mediante um texto sobre sua trajetória que abarcou o contexto político e urbano no qual essa trajetória pode se desenrolar. A ideia foi trazer parte de sua biografia e esquadrihar seus processos criativos a partir do ambiente no qual se constituiu o fenômeno dos saraus. Ao mesmo tempo, buscamos questionar o lugar da autoria na construção do saber sociológico⁵. O exercício foi fruto de um encontro e de uma colaboração para minimizar esse lapso que é constituidor não só da sociologia, mas de nossa epistemologia universalista que prevarica por sempre “falar por outros/as” (BISCHAIN; OLIVEIRA, 2019).

De início, combinei uma entrevista formal com Sonia, para a qual acabei elaborando um questionário semiestruturado, dividido em blocos, que abordaria temas centrais da pesquisa. Contudo, por sugestão da escritora e pela dinâmica que ela foi impondo à conversa, as questões fechadas foram sendo abandonadas e a entrevista acabou se tornando uma conversa mais informal, fluida, espontânea, ao gosto e ditame da autora. Na verdade, toda a dinâmica daquela interação “dialógica” acabou por respeitar uma dialética própria: eu alçava alguns tópicos que me pareciam convenientes ao meu trabalho e a autora, em seguida, discorria sobre o tema, ditando o caminho a ser percorrido, provocando questões, com pequenas intervenções de minha parte. A conversa principal ocorreu em um terraço do CCJ e durou cerca de três horas.

Depois, transcrevi a fala, editei-a em um texto corrido e o enviei a Sonia. A fala foi burilada algumas vezes, por ambas as partes; seu formato, preparado a quatro mãos; e a edição de cada uma das versões do conteúdo foi seguida por debates, o que fez com que novos trechos fossem adicionados à fala e alguns assuntos subtraídos, para evitar repetições. Quando chegamos, juntos/as, a uma versão do texto, ficamos entusiasmados pela qualidade das informações e pelo saldo dessa experiência colaborativa. Foi quando me reencontrei com a escritora para tratarmos da possibilidade de utilizar a conversa em algum artigo escrito em colaboração (BISCHAIN; OLIVEIRA, 2019) ou, então, na própria tese (OLIVEIRA, 2018), em sua integralidade, sem as eventuais bricolagens que o trabalho acadêmico monográfico costuma improvisar. Então, realizamos os últimos reparos no texto, ajustando informações, acrescentando dados e atribuindo uma forma mais dissertativa à narrativa. A conclusão à qual chegamos é que seria conveniente – para os propósitos da investigação e, também, para todos/as os/s interessados/as em literatura marginal e na história de um bairro periférico durante o regime militar – um texto que fosse, ao mesmo tempo, uma autoanálise da autora sobre sua trajetória e uma reflexão sobre os saraus.

⁵ Optei por trazer para a tese a perspectiva social de Sonia de duas formas: com excertos analíticos sobre os saraus e a literatura marginal, que abrem cada um dos capítulos, extraídos de uma longa conversa que tivemos em 2017; e com algumas de suas imagens fotográficas, que foram expostas no final do primeiro capítulo, na forma de indícios imagéticos dos saraus. Os dois exercícios se somam, ainda, ao texto do Apêndice, quando exponho, na íntegra, uma síntese de diversas discussões que travei com Sonia (OLIVEIRA, 2018).

Tratou-se, de um lado, de um experimento político e epistemológico, a partir do qual conversas informais sobre trajetória de vida e cultura periférica, por exemplo, ganharam estatuto de debate de ideias; de outro, de um experimento normativo de parceria na produção das bases da pesquisa de doutorado. Creio que não seja preciso explicar que não se está mais a falar da figura do informante clássico, isto é, daquela pessoa que provê o/a pesquisador/a de informações básicas a partir das quais, em um momento futuro, se empreenderá a análise sociológica; mas da exposição de um diálogo de reflexividades plurais, em que dois registros epistêmicos se juntam para produzir um conhecimento público em torno de problemas comuns.

A síntese que tiro dessa experiência é que a pesquisa sociológica não pode ser, como disse Lévy (2015, p. 36), fosso epistêmico em meio a fileiras de fortificações teóricas destinadas a defender um modo de pensar o mundo preexistente; devemos buscar o papel de mediadores/as parciais, de debatedores/as partidários/as, situando-nos, pelo princípio do contrato ético que nos liga à sociedade civil, “do lado das ‘bruxas de Salem’, não de seus perseguidores”.

No entanto, dizer que a neutralidade axiológica não pode ser sustentada, não implica rejeitar prerrogativas da objetividade crítica e analítica (BURAWOY, 2005; COMAROFF; COMAROFF, 2012; LACEY, 1998; SANTOS, 2002, 2007). A perspectiva que segui na pesquisa não foi e não buscou ser neutra, tampouco o lugar de onde falei e escrevi – conformado pelo conjunto de valores, vivências e imaginação sociológicas que direciona minha perspectiva social do presente – foi algo que desejei encobrir. Para Young (2000), a ideia de “perspectiva social” é central em análises preocupadas com o método e a episteme, pois reflete o fato de que pessoas posicionadas de modo diverso no mundo têm experiências, histórias e saberes diversos, derivados dessa posição situada. É por isso que Haraway (1995) advoga em favor de epistemologias de alocação, em que a parcialidade – e não a pretensa universalidade, epistemicamente falsa – seria a condição de possibilidade da produção de conhecimento.

Embora tenham beneficiado o estudo meus antecedentes biográficos, minha formação intelectual, meus privilégios, a história de relações que firmei com a literatura durante minha trajetória e a afinidade eletiva que desenvolvi com agentes do movimento, não me foi possível “penetrar na pele desses sujeitos”, “me colocar no lugar deles”, tampouco ver o mundo “tal como eles o percebem” (SPITZER, 2001, p. 23). Por mais vigilantes que tentemos ser quanto ao contexto empírico, nossa análise sempre tende a ser uma reflexão possível e fragmentada do fenômeno em questão, algo que não pode ser divorciado de nossas experiências e posições.

Isso me levou à questão do lugar de fala, categoria importante sustentada por teóricas do *feminist standpoint* e do feminismo negro, sobretudo pela socióloga norte-americana Patricia Hill Collins (2000), para problematizar o que é passível de ter validade como saber legítimo e o que é passível de ser descartado. O termo refere-se à perspectiva de um grupo marginalizado, social e historicamente, a partir de experiências comuns e compartilhadas, que, por sua vez, são aptas a gerarem conhecimentos, discursos e ações (RIBEIRO, 2017). Os saberes e a práxis que acompanham os lugares de fala, escrita e atuação deveriam possuir tanta autoridade discursiva (em termos de legitimidade epistêmica e relevância social) quanto os saberes produzidos por qualquer outro agrupamento – inclusive por pesquisadores/as do “mundo universitário”.

Contudo, o lugar de onde se fala e se escreve, bem como a posição socialmente ocupada por quem elabora e transmite um enunciado, restringe não só oportunidades de atuação, mas a própria validade do discurso e das perspectivas sociais imbricadas

em sua produção. Por isso, o emparelhamento de saberes seria um primeiro passo para pensar o rompimento de uma voz única, dando espaço para a manifestação de uma multiplicidade de outras vozes. Trata-se de um exercício metodológico (que não deixa de ser uma postura política) que nos cabe fazer enquanto pesquisadores/as do social: tentar colocar em simetria epistêmica modos distintos de dizer e saber, e legitimar conhecimentos e práticas produzidos e difundidos por quem sempre teve a fala e a escrita escamoteadas e os espaços discursivos e de representação pulverizados.

Esse exercício de epistemologia política ratifica a visão do escritor Allan da Rosa, em fala concedida ao coletivo CyberQuilombo para a oficina “Oralidade e Literatura Negra Contemporânea”, quando supõe que, a respeito do registro literário marginal, é preciso radicalizar essa “criação local em contravertente”⁶, para desmontar espaços autorizados de “saber legítimo”. Os/as agentes da literatura marginal também falam de um lugar que é circunscrito social, geográfica e simbolicamente; esse espaço vem permitindo e estruturando uma rede possível de atuação sociocultural. Eles/as compartilham afetos, experiências, sentimentos de pertença e imaginários comuns justamente porque ocupam o mesmo *locus* social. Mas o uso criativo que esses/as agentes fazem de seus respectivos lugares de fala, escrita e atuação parece configurar-se como fresta através da qual podem desenvolver diferentes olhares sobre a própria realidade, não só a partir de uma visada individual (importante e reivindicada), mas de uma perspectiva coletiva. Em razão de suas experiências identitárias e políticas, bem como de sua localização geográfica e epistêmica, integrantes do movimento estão sendo capazes de gerar novos conhecimentos sobre o mundo, novas formas estéticas para modelar seus enunciados e, com efeito, alterar a configuração de forças da geografia de saberes, repleta de polifonias que incorporam diferentes vozes, falas, histórias e epistemes.

Se considerarmos que os regimes e efeitos de verdade estão ligados às relações de poder e a contextos discursivos específicos, infere-se que marcas distintivas criadas por diferentes locais de fala/escrita produzirão diferenças epistêmicas sobre o sentido e a “verdade” dos enunciados. Dizer que a posição e localização de quem fala, escreve e produz conhecimento comportam sentidos diversos e regimes de verdades heterogêneos não é sinônimo de dizer que a posição e localização de quem fala/escreve determinam, de modo inabalável, o sentido, a objetividade e a verdade do enunciado (ALCOFF, 1995). A posição dentro de uma estrutura de relações objetivas de modo algum pode ser tida como essência fixa que autoriza o discurso de uma pessoa ou um grupo, enquanto recusa ou nega o de outros; tampouco deve ser entendida de forma essencialista, como elemento unidimensional ou estático de uma pretensa objetividade sobre o mundo. Posição e alocação devem ser vistas como disposições que detêm múltiplos graus de significância, a depender do sujeito da enunciação e o meio de representação utilizado.

Segundo Linda Alcoff (1995), a declaração “eu falo apenas por mim mesmo” demonstra fechamento em relação à alteridade, tendo como resultado uma fuga da responsabilidade ética e política sobre os efeitos que minha fala e escrita podem ter sobre os/as outros/as – sobre/de quem falo e escrevo. Porém, não pode literalmente apagar tais

⁶ Disponível em: bit.ly/2r8Nq5T. Acesso em: 12 out. 2018. Ribeiro (2017, p. 24) percebe na emergência desses saberes localizados contra-hegemônicos um movimento para desestabilizar saberes “legítimos” e regimes de verdade firmados histórica e sócio racialmente: afinal, acrescenta ela, seguindo equação de Lélia Gonzalez (1984): “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco”. Sobre o “*locus* periférico” e a “*episteme* marginal”, ver: goo.gl/8xYSjv. Acesso em: 12 dez. 2017.

efeitos. Uma saída interessante sobre o problema de falar pelos outros encontra-se em Spivak (1988), que recusa o retraimento total, criticando atitudes de quem ela acusa de serem “intelectuais abnegativos” e ingênuos.

Spivak refere-se às posições de abnegação que, nos anos 1960, figuras como Foucault e Deleuze adotaram no debate público francês com a justificativa de que “oprimidos” poderiam representar seus interesses e expressar suas demandas políticas livremente. Foucault tem uma discussão sobre a “função social do intelectual”, tema da moda na Paris pós-68, onde ele faz críticas à figura do “intelectual total”, que insiste em “falar pelos outros” – seja “em nome de outros” ou “no lugar de outros”. Na conversa de 1972 com Deleuze, “Os intelectuais e o poder” (1977), Foucault afirma que o intelectual não pode mais representar os oprimidos, mas gerar condições para que falem por si – referindo-se aos “filhos das colônias” agora “emancipados” e aos proletários que haviam ocupado as fábricas. O adeus ao intelectual total estaria fundado na crítica ao “sujeito soberano”, ao intelectual (homem) que poderia efetivamente colocar-se na posição do sujeito transcendental kantiano e, desde tal condição, “falar pelos outros”. Essa conversa é um dos gatilhos de Spivak (1988), em seu “Pode o subalterno falar?”, de 1985, onde acusa Foucault e Deleuze de não questionarem o lugar de enunciação – do sujeito que ocupa posição epistemológica de poder. Não problematizam seu lugar de fala pois detêm o poder de instituir um “outro” da fala, de apontar dedos de modo imperioso, com a peculiaridade de reconhecer que esse “outro” subalterno deve falar por si, afinal, não precisa mais de mediadores.

Para Spivak, o intelectual ocidental – padrão homem branco europeu –, ainda que abnegativo nas pretensões e discursivamente transigente em relação aos “outros”, seguiria sendo transcendente em seu desejo de nomear, classificar, delegar funções e prescrever medidas, pois deteria a autoridade de dizer quem são os “outros”, quem são os “subalternos”, proclamando que seus discursos são significativos e merecem ser articulados pelos próprios oprimidos, sem “representantes”. Contudo, ao mesmo tempo, ela é crítica do ato de falar pelos outros de maneira vertical, tal qual chancelado pelo paradigma da ciência, porquanto essa atitude envolveria processos nocivos de representação, em especial para comunidades marginalizadas que estão, historicamente, fadadas a serem ou mal compreendidas ou, então, equivocadamente representadas por conveniência e interesse de quem detém o poder e os meios para as representar (SPIVAK, 1988, p. 295; BAHRI, 2013, p. 660).

A saída de Spivak (1988) é que o/a pesquisador/a não negue seu papel descritivo, crítico e analítico, mas tampouco presuma, na escrita, uma autenticidade essencialista e romântica dos “oprimidos” na constituição de suas narrativas e seus processos de auto representação. É preciso que se admita, na produção do conhecimento, a possibilidade de que agentes que ocupam posições sociais marginalizadas e de desvantagem – e que, logo, não detêm acesso às mesmas marcas distintivas, aos meios de produção simbólica, ao poder de estabelecer as condições de possibilidade de suas formas estéticas – produzam narrativas, réplicas, críticas e enunciados que possam ser postos em um sistema de relações dialógicas e reflexivas (OLIVEIRA, 2018; BISCHAIN; OLIVEIRA, 2019). Ao escrever e falar a partir de uma posição de privilégios, é preciso entender que os enunciados partem de lugares circunscritos, que não são universais e que podem ser ambíguos, parciais, fragmentados, vacilantes, especialmente se colocados frente a outros enunciados. Nossos saberes são situados, restritos a dinâmicas sociais e históricas, bem como a processos interativos específicos. Colocar em pauta a questão do lugar a partir do

qual escrevemos, falamos e atuamos é tensionar o modo de produção, transmissão e consumo da história única, unilateral, unívoca e uníssona, modo que tem se mostrado comum às ciências sociais (COLLINS, 2000; HARAWAY, 1995; HARDING, 1986; STRATHERN, 1987).

A questão da história única está intimamente ligada à do poder. Uma narrativa será estimada e valorizada, banalizada e desvalorizada, a depender de uma série de fatores: quem a conta, como a história é contada, a partir de onde se conta, quais mecanismos são utilizados no processo de sua narração, que legitimidade o/a narrador/a detém, que posição ele/a ocupa no espectro social, etc. O escritor Ferréz, por exemplo, precursor do movimento, em 2001, quando lançou o Ato I da *Caros Amigos* consagrada à literatura marginal, fez uma crítica da conjuntura cultural de então. Em um dos trechos de seu “Manifesto de Abertura”, provocou: “uma coisa é certa, queimaram nossos documentos, mentiram sobre nossa história, mataram nossos antepassados. Outra coisa é certa: mentirão no futuro, esconderão e queimarão tudo o que prove que um dia a periferia fez arte” (FERRÉZ, 2001, p. 3). Por isso, o escritor explica a necessidade de alterar a dinâmica da produção, consumo e valorização de objetos literários periféricos:

Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de “excluídos sociais”, e para nos certificar de que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história e não fique mais quinhentos anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, a *Caros Amigos - Literatura Marginal* vem para representar a cultura autêntica de um povo composto de minorias, mas que em seu todo é uma maioria. E temos muito a proteger e a mostrar, [...] principalmente num país colonizado até os dias de hoje, onde a maioria não tem representatividade cultural e social (FERRÉZ, 2001, p. 3).

Na denúncia, o escritor assevera um fato: as histórias dos/as marginalizados/as sempre ficaram em segundo plano, obscurecidas pela afirmação de uma história única sobre nossa formação sociocultural; as histórias das culturas negras, indígenas, periféricas, subalternizadas, em geral, bem como a influência que tiveram sobre nossa fortuna artística, linguística, social e sobre nosso patrimônio cultural, foram escamoteadas e despidas de sua marcação étnico-racial, investidas de um caráter nacional, universal, sem origem e sem posicionalidade. Como nota Ferréz, as histórias dos/as subalternos/as, além de serem dolorosas em razão das barbaridades cometidas, são histórias mal contadas, enviesadas, oblíquas, imaginário que ratifica a tentativa constante de se erigir como memória coletiva um passado que é implicação da história única, cultivada a partir de narrativas adulteradas por parte de uma elite insolentemente letrada, já que não reconhece as contribuições de outros agrupamentos sócio raciais em sua própria formação.

Nos anos em que empreendi pesquisa sobre literatura marginal, aprendi a seguir certas práticas de observação e explicação, juntamente com um exercício de imaginação sociológica cuidadoso, capazes de dialogar com a imaginação conceitual e o repertório analítico dos/as interlocutores/as. Isso me fez refletir sobre o óbvio: as narrativas historicamente marginalizadas têm valor, suas proposições estéticas têm importância e estão carregadas de significados, os/as locutores/as possuem legitimidade

de falar, anunciar-se e escrever por si e, mais, de definir os modos, meios e mecanismos de fazê-lo. Isso, que aparentemente pareceria irrefutável, no limite, motiva a manter uma vigilância metodológica e epistemológica em relação às dinâmicas do campo, às perspectivas de agentes que o habitam, mas também às nossas próprias investidas sociológicas, às vezes estabanas; motiva a preservar um alerta no que tange às bagagens culturais e ao conjunto de *a priori* teórico-metodológicos que trazemos conosco quando resolvemos estudar certo fenômeno, grupo, fato ou prática social, conservando um cuidado com as condições, possibilidades, desafios, contradições e limites da produção do conhecimento.

Estar ciente do lugar de onde se fala e se escreve e, do mesmo modo, saber que existem diferentes regimes e efeitos de verdade, a depender de quem elabora o enunciado, de quem o recebe e das condições de sua produção e recepção, parece-me um ponto de partida importante para refletir sobre as diferentes formas de injustiças epistêmicas e, por conseguinte, sobre as lutas por cidadania e reconhecimento culturais que as acompanham. Acredito que tal proposta adquire potência política na sociologia por dois motivos. Primeiro, porque parte da hipótese de que a sociedade distribui de forma desigual recursos, expedientes, espaços e poderes, o que influi no processo de produção do conhecimento e da narração da(s) história(s) a partir da pluralidade epistêmica do mundo. Segundo, porque entende que a sociedade é habitada por multiplicidades de vozes que constroem, socialmente, essa realidade e, a todo instante, tentam transformá-la e impor-lhe outras inteligibilidades e outros caminhos.

Considerações Finais

À medida que fui conversando com agentes e me envolvendo em suas redes e arranjos, os fundamentos da minha pesquisa foram se deslocando, as perguntas e hipóteses se alterando, os objetivos se remodelando e novos dados sobre o tema emergindo. Esse exercício foi decisivo para fortalecer feitos epistemológicos e metodológicos da pesquisa; me fez entender encontros, mobilidades, labores literários, gestos e performances dos/as agentes que habitavam meu campo empírico. Embora continue vendo a sociologia como uma ciência social das agências, dos processos históricos e dos cruzamentos entre agências e histórias dentro de determinada estrutura sociocultural, minha pesquisa sugeriu que a sociologia pode, ao mesmo tempo, constituir um recurso epistêmico de interconhecimento entre diversos “campos” epistêmicos. Em meio aos caminhos pelos quais peregrinamos durante nossas formações e às pessoas com as quais cruzamos em nossas pesquisas, assumimos o papel de negociadores/as de um contexto sociocultural e epistêmico para outro, na medida em que trazemos, para os nossos afazeres sociológicos, as demandas e reflexões dos/as agentes com os/as quais dialogamos em campo.

A disposição de empreender esse trânsito epistemológico foi chamada por Burawoy (2005) de “sociologia pública”, que deve, em função de sua afiliação direta e histórica com a sociedade civil, erigir como princípio orientador a ideia do engajamento possível com o público extra acadêmico e ser conduzida de modo reflexivo e crítico, o que ajuda a instituir uma ciência social “elaborada desde baixo”, atenta aos saberes forjados nas lutas dos/as excluídos/as da lógica de produção de conhecimento contra injustiças de múltiplas faces. Isso nos motiva a sair em defesa de uma epistemologia política do encontro, construída indutivamente no campo, junto a

interlocutores/as da pesquisa, em meio à ebulição intelectual e intercultural ali presente, às materialidades e subjetividades que só o campo e suas personagens podem proporcionar. O encontro e o intercâmbio de vivências, perspectivas e posições sociais podem nos colocar na interface de distintos mundos. Mas isso não quer dizer que haveria conveniência epistemológica em função da existência do trabalho de campo por si só. Tudo depende da inserção e do diálogo cultivados, dos métodos aplicados, do respeito intelectual a diferentes imaginações conceituais e da compreensão das causas às quais os/as agentes estão implicados/as.

Nesse sentido, talvez devamos nos dedicar a uma sociologia tal qual preconizada por Donna Haraway (1995): uma epistemologia política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do “fragmentadamente” inteligível – pois o parcial é o que nos resta. Caberia a nós observar, conversar, examinar, apreender e aprender com os/as agentes, nunca perdendo de vista uma autocrítica que lance luz para o fato de que, em vez de meramente elucidar suas demandas e explicar suas culturas, nosso papel é o de intermediários/as críticos/as entre diferentes contextos epistêmicos. Se assim o fizermos, talvez estaremos mais capacitados para contextualizar nossos espaços de fala, escrita e atuação – que, como todos os demais, são situados localmente – e descolonizar nossas perspectivas pretensiosamente totalizantes, colaborando com nossas análises para que outras vozes se alastrem e adquiram suas relevâncias, para que sejam levadas a sério e tenham suas legitimidades avaliadas a partir dos impactos sociais que produzem, para que sejam cotejadas e, então, para que novos sentidos sobre o mundo possam ser experimentados em todo o seu potencial transformador.

Referências

- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave MacMillan, 2016.
- ALCOFF, Linda Martín. The problem of speaking for others. In: ROOF, Judith; WIEGMAN, Robyn (org.). *Who can speak?* Urbana: University of Illinois Press, 1995. p. 97-119.
- ALVES, Rôssi. Resistência e empoderamento na literatura urbana carioca. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 49, p. 183-202, set./dez. 2016.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, maio/ago. 2013.
- BIANCHI, Alvaro. Temas e problemas nos projetos de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 7, n. 13/14, p. 75-91, 2003.
- BISCHAIN, Sônia Regina; OLIVEIRA, Lucas Amaral. Cultura, política e produção de conhecimento na periferia: uma conversa com Sonia Regina Bischain. In: DALCASTAGNÈ, Regina; TENNINA, Lúcia (org.). *Literatura e periferias*. Porto Alegre: Zouk, 2019, p. 55-80.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BURAWOY, Michael. For public sociology. *American Sociological Review*, New York, v. 70, n. 1, p. 4-28, Feb. 2005.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Do epistemicídio. In: CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. f. 96-124.
- COLETIVO CULTURAL POESIA NA BRASA. *Antologia Poética da Brasa*. São Paulo: Coletivo Poesia na Brasa, 2009. v. 4.

- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*. London: Routledge, 2000.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Theory from the South*. New York: Routledge, 2012.
- CONNELL, Raewyn. *Southern theory*. Cambridge: Polity, 2007.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Lucía Tennina, Mário Medeiros, Érica Peçanha e Ingrid Hapke: polifonias marginais. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 48, p. 295-298, maio/ago. 2016.
- DALCASTAGNÈ, Regina; TENNINA, Lucia. (org.). *Literatura e periferias*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Intellectuals and power. In: BOUCHARD, Donald (org.). *Language, counter-memory, practice*. Ithaca: Cornell University, 1977, p. 205-217.
- ESLAVA, Fernando. Literatura marginal: o assalto ao poder da escrita. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 24, p. 35-51, 2004.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FELTRAN, Gabriel. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 56, p. 43-72, 2013.
- FERRÉZ (org.). *Literatura marginal: a cultura da periferia - I. Caros Amigos*, São Paulo, 2001.
- FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.
- FONTOURA, Pâmela Amaro; SALOM, Júlio Souto.; TETTAMANZY, Ana Lucia Liberato. Sopapo poético: sarau de poesia negra no extremo sul do Brasil. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 49, p. 153-181, set./dez. 2016.
- FREIRE, Marcelino. *Contos negreiros*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-44.
- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.
- LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- LÉVY, Jacques. Qual o sentido da geografia cultural? *Revista do IEB*, São Paulo, n. 61, p. 19-38, ago. 2015.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus: romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MIGNOLO, Walter. *Habitar la frontera*. Madrid: Bellaterra, 2015.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MOURALIS, Bernard. *As contra-literaturas*. Coimbra: Almedina, 1982.
- MUNIZ JUNIOR, José Souza; OLIVEIRA, Lucas Amaral. Literature from the periphery of São Paulo at the Buenos Aires International Book Fair. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, Philadelphia, v. 45, p. 119-133, 2015a.
- MUNIZ JUNIOR, José Souza; OLIVEIRA, Lucas Amaral. Márgenes urbanas: una experiencia transnacional de escritores de las periferias de São Paulo. *Bifurcaciones: Revista de Estudios Culturales Urbanos*, Talca, v. 19, p. 1-10, 2015b.

- NASCIMENTO, Érica Peçanha. *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral. Experiência literária e experiência urbana: notas sobre a literatura marginal. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Coimbra*, n. 27, p. 24-46, jan./jun. 2017.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral. *Experiências estéticas em movimento: produção literária nas periferias paulistanas*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral. Uma cidade chamada memória. In: BISCHAIN, Sonia Regina. *Olhares que devoram sonhos*. Jaú: 11 Editora, 2019, p. 105-111.
- PARDUE, Derek; OLIVEIRA, Lucas Amaral. City as mobility: a contribution of Brazilian *saraus* to urban theory. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília*, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SACOLINHA. *85 letras e um disparo*. São Paulo. Aeroplano, 2005.
- SAID, Edward. W. Representing the colonized: anthropology's interlocutors. *Critical Inquiry, Chicago*, v. 15, n. 2, p. 205-225, 1989.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos, São Paulo*, n. 79, p. 71-94, 2007.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa*, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, José Henrique de Freitas. A literatura-terreiro na cena *hip hop* afrobaiana. *A Cor das Letras, Feira de Santana*, v. 1, p. 171-186, 2011.
- SILVA, Rogério Souza. *Cultura e violência: autores, polêmicas e contribuições da literatura marginal*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. *RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, João Pessoa*, v. 4, n. 12, p. 350-357, dez. 2005.
- SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (org.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.
- STRATHERN, Marilyn. Out of context: the persuasive fictions of anthropology. *Current Anthropology, Chicago*, v. 28, n. 3, p. 251-281, 1987.
- TENNINA, Lucia. *Cuidado com os poetas! Literatura e periferia na cidade de São Paulo*. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- TOMMASI, Livia. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política & Sociedade, Florianópolis*, v. 12, n. 23, p. 11-34, jan./abr. 2013.
- VAZ, Sérgio. Sérgio Vaz: "A gente quer que a metáfora se foda". [Entrevista]. *Cisma, São Paulo*, v. 3, n. 5, p. 107-116, 2014.
- YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.